

AULA 16 - Monarquia Brasileira

A aula de número quinze, tratou do Primeiro Reinado e do Período Regencial, nesta aula, abordaremos a Segundo Reinado.

O Segundo Reinado (1840/1889)

Política interna

A vida política nacional, ao longo do Segundo Reinado, foi marcada pela atuação de dois partidos políticos: o **Partido Conservador** e o **Partido Liberal**. Os dois partidos representavam a classe dominante, defendiam a monarquia e a manutenção da mão-de-obra- escrava. Por isto, não apresentavam divergências ideológicas, justificando uma frase muito comum na época: "Nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder, e nada mais parecido com um liberal do que um conservador no poder".

EVOLUÇÃO POLÍTICA

O primeiro ministério do Segundo Reinado era composto por liberais, que apoiaram o golpe da Maioridade. Funcionou de 1840 a 1841 e ficou conhecido como "Ministério dos Irmãos", sendo formado pelos irmãos Cavalcanti, Coutinho e Andrada. O gabinete ministerial sofria oposição da Câmara, formada, na sua maioria por conservadores. Diante desta situação, a Câmara de Deputados foi dissolvida e marcada novas eleições.

Para garantir uma maioria de deputados liberais, os membros do Partido Liberal, usando de violência, fraudaram as eleições e garantiram a maioria parlamentar. Tal episódio é conhecido como "**eleições do cacete**".

Os conservadores reagiram e exigiram que o imperador dissolvesse a Câmara que havia sido eleita nas "eleições do cacete". D. Pedro II demitiu o ministério liberal, nomeou um ministério conservador e marcou novas eleições - também marcadas pelas fraudes.

A vitória dos conservadores e o avanço de medidas centralizadoras provocaram uma reação dos liberais, em São Paulo e Minas Gerais - a chamada **Revolta Liberal** de 1842.

Em 1844 o imperador demitiu o gabinete conservador e nomeou um gabinete liberal, cuja principal decisão foi a criação da **tarifa Alves Branco** (1844), que extinguiu as taxas preferenciais aos produtos ingleses ; no ano de 1847 foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, implantando o parlamentarismo no Brasil.

O PARLAMENTARISMO ÀS AVESSAS

O parlamentarismo é um regime político onde o partido que detém a maioria no Parlamento indica o primeiro-ministro, que é o chefe de governo e comanda o poder Executivo. Desta forma, o Executivo fica subordinado ao Legislativo.

No Brasil, ao contrário, o primeiro-ministro era escolhido pelo imperador. Se a Câmara não tivesse uma maioria de parlamentares do partido do ministério adotado, ela seria dissolvida e novas eleições eram marcadas, o que tornava o Legislativo refém do Executivo.

A REVOLUÇÃO PRAIEIRA (PERNAMBUCO- 1848/1850)

Movimento que ocorreu na província de Pernambuco, e está relacionado aos levantes liberais de 1848, período conhecido como **Primavera dos Povos**.

As causas do movimento podem ser encontradas no controle do poder político pela família dos Cavalcanti e no monopólio do comércio exercido pelos estrangeiros, principalmente portugueses e que não empregavam trabalhadores brasileiros, desenvolvendo um forte sentimento antilusitano.

O porta-voz da rebelião era o *Diário Novo*, jornal dos liberais que estava instalado na Rua da Praia - daí a denominação de praieiros aos rebeldes - que no ano de 1848 publicou o "**Manifesto ao Mundo**",

redigido por *Borges da Fonseca*. O manifesto, fortemente influenciado pelas idéias dos socialismo utópico, reivindicava o voto livre e universal, a liberdade de imprensa, autonomia dos poderes, liberdade de trabalho, federalismo, nacionalização do comércio varejista, extinção do poder Moderador e do Senado vitalício e a abolição do trabalho escravo.

Entre as lideranças do movimento, que contou com forte apoio popular, encontram-se *Nunes Machado* e *Pedro Ivo*. Embora reprimida com muita facilidade foi um movimento contra a aristocracia fundiária e está inserida no quadro geral das revoluções populares que ocorreram na Europa de 1848.

Política externa

A política externa brasileira, durante o Segundo Reinado, foi marcada por conflitos na região do Prata - responsáveis pela Guerra do Paraguai e por atritos diplomáticos com a Inglaterra, gerando a chamada Questão Christie.

A QUESTÃO CHRISTIE (1863)

A influência da Inglaterra no Brasil está presente desde antes da nossa independência. Com a assinatura dos tratados de 1810, a Inglaterra ganha privilégios econômicos. Com a independência do Brasil, em 1822, a Inglaterra impõem, como forma de reconhecer a independência, a renovação dos tratados de 1810. Ademais, o Brasil era dependente financeiramente da Grã-Bretanha.

Durante o Segundo Reinado, as relações entre Brasil e Inglaterra conhece sucessivos atritos que culminaram com o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

As hostilidades entre Brasil e Inglaterra começaram em 1844, com a aprovação da **tarifa Alves Branco**, que acabou com as vantagens comerciais que a Inglaterra tinha no Brasil.

A resposta do governo britânico foi a aprovação do **Bill Aberdeen**, decreto que proibia o tráfico negreiro e outorgava o direito, aos ingleses, de aprisionar qualquer navio negreiro.

Respondendo às pressões inglesas, no ano de 1850 foi promulgada a **Lei Euzébio de Queiróz**, que extinguiu definitivamente o tráfico negreiro no Brasil.

No ano de 1861, o navio inglês *Prince of Walles* afundou nas costas do Rio Grande do Sul e sua carga foi pilhada. O embaixador inglês no Brasil, *William Christie*, exigiu uma indenização ao governo

imperial. No ano de 1862, marinheiros britânicos embriagados foram presos no Rio de Janeiro e o embaixador Christie exigiu a demissão dos policiais e desculpas oficiais do governo brasileiro à Inglaterra.

O Brasil recusou-se a aceitar as exigências de Christie. Alguns navios brasileiros foram aprisionados pela Inglaterra; o governo brasileiro pagou a indenização referente ao roubo da carga do navio inglês naufragado.

Em 1863, sob a mediação de Leopoldo I, rei de Bélgica, ficou estabelecido que a Inglaterra deveria pedir desculpas ao governo brasileiro, pelo ocorrido com os marinheiros na cidade do Rio de Janeiro. Diante da negativa da Inglaterra, D. Pedro I resolveu romper relações diplomáticas com a Inglaterra.

AS CAMPANHAS BRASILEIRAS NO PRATA.

Entre 1851 e 1870, o governo brasileiro realiza intervenções militares na região platina - formada pela Argentina, Uruguai e Paraguai. Os motivos destas intervenções eram as disputas territoriais, a tentativa de impedir a formação de um Estado poderoso e rival e garantir a livre navegação nos rios da bacia do Prata (Paraná, Paraguai e Uruguai).

Campanha contra Oribe (1851)

O Uruguai possuía dois partidos políticos: o **Blanco**, liderado por Manuel Oribe, aliado dos argentinos; e o **Colorado**, liderado por Frutuoso Rivera, apoiado pelo Brasil.

A aliança entre Manuel Oribe, então presidente do Uruguai, com o governo argentino de Juan Manuel Rosas, trouxe a tona a idéia de restauração do antigo vice - reinado do Prata. Procurando garantir a livre navegação no rio da Prata, D. Pedro II envia uma tropa militar - sob o comando de Caxias. Esta tropa recebe o apoio das tropas militares de Rivera que, juntas, depuseram Manuel Oribe do poder.

Campanha contra Rosas (1851)

Como Rosas apoiava os blancos, o governo imperial organizou uma expedição e invadiu a Argentina. Os brasileiros venceram, na batalha de Monte Caseros, depuseram Rosas e, em seu lugar colocaram o general Urquiza, auxiliar do Brasil na campanha contra Oribe.

No ano de 1864 outro conflito na região, desta vez envolvendo o Paraguai.

A GUERRA DO PARAGUAI (1864/1870).

O Paraguai se constituiu em uma exceção na América Latina, durante o século XIX, em virtude de seu desenvolvimento econômico autônomo. Durante os governos de José Francia (1811/1840) e Carlos López (1840/1862) houve um relativo progresso econômico, com construção das estradas de ferro, sistema telegráfico eficiente, surgimento das indústrias siderúrgicas, fábricas de armas e a erradicação do analfabetismo.

As atividades econômicas essenciais eram controladas pelo Estado e a balança comercial apresentava saldos favoráveis, garantindo a estabilidade da moeda, criando as condições para um desenvolvimento auto-sustentável, sem recorrer ao capital estrangeiro.

Solano López, presidente do Paraguai a partir de 1862, inicia uma política expansionista, procurando ampliar o território paraguaio. O objetivo desta política era conseguir acesso ao oceano Atlântico, para garantir a continuidade do desenvolvimento econômico da nação. A expansão territorial do Paraguai deu-se com a anexação de regiões da Argentina, do Uruguai e do Brasil.

Ademais, a Inglaterra não via com bons olhos o desenvolvimento autônomo do Paraguai, achando necessário destruir este modelo econômico.

No ano de 1864, o governo paraguaio aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda, e invadiu o Mato Grosso, levando o Brasil a declarar guerra ao Paraguai.

Em 1865 é formada a **Tríplice Aliança**, união das forças brasileiras, argentinas e uruguaias contra o Paraguai.

PRINCIPAIS BATALHAS

Batalha de Riachuelo e a batalha de Tuiuti, onde as forças paraguaias foram derrotadas; após a nomeação de Caxias no comando das tropas brasileiras (no lugar do general Osório), houve sucessivas vitórias nas batalhas de Humaitá, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. Solano López foi morto em 1870, na batalha de Cerro Corá.

CONSEQÜÊNCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI.

A guerra serviu para destruir o modelo econômico do Paraguai, tornando-o um dos países mais pobres do mundo, sua população sofreu uma drástica redução (cerca de 75% dela morreu na guerra).

Para o Brasil, a participação na guerra contribuiu para o aumento da dívida externa e a morte de aproximadamente 40 mil homens.

A Inglaterra foi a grande beneficiada com a guerra, pois acabou com a experiência econômica do Paraguai na região, e seus empréstimos reafirmaram a dependência financeira do Brasil, Argentina e Uruguai.

A guerra do Paraguai marca o início da decadência do Segundo Reinado, em razão do fortalecimento político do Exército, que torna-se um foco abolicionista e republicano.

Economia do Segundo Reinado.

Durante o Segundo Reinado houve uma diversificação das atividades econômicas, muito embora o modelo econômico estivesse voltado para atender as necessidades do mercado externo.

O cacau e a borracha ganharam destaque na produção agrícola. O surto da borracha - Pará e Amazonas - levou o Brasil a dominar 90% do comércio mundial.

Porém, o principal produto de exportação brasileira será o café.

Café: expansão e modernização.

O café foi introduzido no Brasil, por volta de 1727, por Francisco de Mello Palheta. A partir de 1760 o produto passou a ter uma importância comercial, sendo utilizado para a exportação. Inicialmente no Rio de Janeiro, no vale do Paraíba e, posteriormente o Oeste paulista.

No vale do Paraíba, as fazendas de café eram estruturadas de forma tradicional, ou seja, grandes propriedades que utilizavam a mão-de-obra escrava. O esgotamento do solo e a escassez de terras contribuíram para a decadência da produção na região. Em contrapartida, a expansão do mercado consumidor internacional favoreceu a expansão do cultivo do café para o Oeste paulista.

A economia cafeeira foi responsável pelo processo de modernização econômica do século XIX: desenvolvimento urbano, dos meios de transportes (ferrovias e portos), desenvolvimento dos meios de comunicação (telefone e telégrafo), a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e o surto industrial.

Substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado.

A crise do escravismo brasileiro está relacionado a uma série de fatores, entre os quais, as pressões inglesas sobre o tráfico negreiro e a expansão da atividade cafeeira, trazendo a necessidade de ampliar a força de trabalho.

Com a extinção do tráfico negreiro em 1850- lei Euzébio de Queiróz- os fazendeiros de café tiveram que encontrar uma solução para suprir a falta de mão-de-obra; esta solução será a importação de imigrantes europeus.

O pioneiro em recrutar imigrantes europeus foi um grande fazendeiro da região de Limeira, em São Paulo, o senador Nicolau de Campos Vergueiro, que trouxe para a sua fazenda famílias da Suíça e da Alemanha, iniciando o chamado *sistema de parceria*.

O sistema de parceria.

O fazendeiro custeava o transporte dos imigrantes europeus até suas fazendas e estes, por sua vez, pagariam os fazendeiros com trabalho. O trabalho consistia no cultivo do café e gêneros de subsistência, entregando ao fazendeiro boa parte da produção (dois terços).

O regime de parceria não obteve sucesso, em razão dos elevados juros cobrados sobre as dívidas assumidas pelos colonos para trabalharem no Brasil, os maus tratos recebidos e o baixo preço pago pelo café cultivado.

Diante do fracasso do sistema e das revoltas de colonos, outras formas de estímulo à vinda de imigrantes forma adotados.

A *imigração subvencionada* substituiu o sistema de parcerias. Nela, o Estado pagava os custos da viagem do imigrante europeu e regulamentava as relações entre os fazendeiros e os colonos.

Os grandes "importadores" de imigrantes foram a Itália e a Alemanha, países que passavam por guerras, em virtude do processo de unificação política.

A consolidação do trabalho livre e assalariado fortaleceu o mercado interno brasileiro e criou condições para o desenvolvimento industrial.

Com a extinção do tráfico negreiro e a entrada maciça de imigrantes europeus, abriu-se a possibilidade do desenvolvimento da chamada economia familiar: pequenas propriedades, voltadas para o abastecimento do mercado interno. Pressionado pela aristocracia rural, o governo imperial aprovou, em 1850, a chamada **Lei das Terras**, determinando que as terras públicas só poderiam tornar-se privadas mediante a compra. Dado ao preço elevado das terras, pessoas de

poucos recursos não tinham acesso, evitando desvio de mão-de-obra para outras atividades que não fossem o setor agroexportador.

O surto industrial

O desenvolvimento industrial brasileiro está relacionado com a promulgação, em 1844 da *tarifa Alves Branco*, que aumentou as taxas alfandegárias sobre os artigos importados; o fim do tráfico negreiro foi um fator que também favoreceu o florescimento industrial, pois os capitais destinados ao comércio de escravos passaram a ser empregados em outros empreendimentos e, com a vinda dos imigrantes e da consolidação do trabalho assalariado, houve uma ampliação do mercado consumidor.

O maior destaque industrial do período foi, sem dúvida nenhuma, **Irineu Evangelista de Souza**, o barão de Mauá. Dirigiu inúmeros empreendimentos, tais como bancos, companhias de gás, companhias de navegação, estradas de ferro, fundição, fábrica de velas. No campo das comunicações, trabalhou na instalação de um cabo submarino ligando o Brasil à Europa.

O surto industrial e a chamada "Era Mauá", entraram em crise a partir de 1860, com a tarifa Silva Ferraz, que substituiu a tarifa Alves Branco. Houve uma redução nas taxas de importação e a concorrência inglesa foi fatal para os empreendimentos de Mauá.

A queda da monarquia brasileira.

A queda monarquia brasileira está relacionada às mudanças estruturais que ocorreram no Brasil ao longo do século XIX: a modernização da economia, o surto industrial, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, o abolicionismo, o movimento republicano, o choques com a Igreja e o Exército.

O movimento abolicionista

A campanha pela abolição da escravidão ganhou impulso com o final da guerra do Paraguai - muitos soldados negros que lutaram na guerra foram alforriados. Organizaram-se no país vários "clubes" que discutiam a questão. Visando diminuir as pressões internas e externas(a

Inglaterra tinha interesses na abolição), o governo imperial iniciou uma série de reformas, com o intuito de reduzir a escravidão:

-*Lei do Ventre Livre* (1871)- filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. Os seus efeitos foram reduzidos visto que o escravo ficaria sob a tutela do proprietário até os oito anos, cabendo a este o direito de explorar o trabalho do escravo até este completar 21 anos de idade.

-*Lei dos Sexagenários* (1885)- libertava os escravos com acima de 65 anos de idade. Esta lei ficou conhecida como "a gargalhada nacional". Primeiro pelo reduzido número de escravos libertados, uma vez que poucos atingiam tal idade; além disto, um escravo com mais de 65 anos representava um custo ao grande proprietário, não tendo condições alguma de trabalhar. Por fim, depois da libertação, o negro deveria dar mais três anos de trabalho ao senhor, como forma de indenização!!

-*Lei Áurea* (1888)- decretava, no dia 13 de maio, a libertação de todos os escravos no Brasil.

A abolição da escravidão no Brasil foi um duro golpe aos grandes proprietários de terras escravocratas, que passaram a combater a Monarquia. São os chamados "Republicanos de 13 de maio".

A questão religiosa.

Choque do governo imperial com a Igreja Católica, em virtude do regime do **padroado**, ou seja, o poder do imperador de nomear bispos- ficando a Igreja subordinada ao Estado.

Em 1864, o Papa Pio IX, através da bula *Syllabus* proibiu a permanência de membros da maçonaria dentro da organização eclesiástica. O imperador, membro da maçonaria, rejeitou a bula. Porém, dois bispos obedeceram o papa e expulsaram párocos ligados à maçonaria. Os bispos foram condenados à prisão com trabalhos forçados, sendo anistiados pouco depois. Os bispos eram D. Vidal de Oliveira da diocese de Olinda, e D. Antônio de Macedo da diocese de Belém.

O episódio deixou claro que, caso houvesse uma conspiração contra a Monarquia, esta não receberia o apoio da Igreja.

A questão militar.

Desde o final da Guerra do Paraguai, o exército vinha exigindo uma maior participação nas decisões políticas do império. A insatisfação política, as idéias positivistas e os baixos soldos levaram os militares, através da imprensa, a criticarem a monarquia.

Em 1883, o tenente-coronel Sena Madureira criticou as reformas no sistema de aposentadoria militar, sendo punido. O governo proibiu qualquer tipo de declaração política dos militares na imprensa.

Em 1885, o coronel Cunha Matos do Piauí, utilizou-se da imprensa para defender-se da acusação de desonesto, sendo preso por 48 horas.

A punição provocou um mal-estar na alta oficialidade, reclamando da interferência civil sobre os assuntos militares. Entre os oficiais descontentes com a Monarquia estava o marechal Deodoro da Fonseca.

O movimento republicano.

O movimento republicano iniciou-se em 1870, com a fundação do Clube Republicano e do jornal "A República" e o lançamento do "Manifesto Republicano".

O Partido Republicano apresentava duas correntes: **os evolucionistas**, liderados por Quintino Bocaiúva, que defendiam a via pacífica para atingir o poder; **os revolucionários**, sob a liderança de Silva Jardim, que pregavam a revolução e a participação popular. O movimento de 15 de novembro foi conduzido pelos evolucionistas.

Entre os republicanos militares, as idéias de Augusto Comte foram muito difundidas, principalmente por Benjamin Constant - trata-se do *positivismo*, cujo lema era "Ordem e progresso".

A proclamação da República.

Em 1888, um novo gabinete fora nomeado, tendo como primeiro ministro Afonso Celso de Oliveira Figueiredo, o visconde de Ouro Preto. Este iniciou um amplo programa reformista procurando salvar a monarquia.

No dia 14 de novembro de 1889 foi divulgado um boato de que o visconde de Ouro Preto havia decretado a prisão de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Os militares rebelaram-se e na madrugada do dia 15, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando dos rebelados que marcharam em direção ao centro da cidade.

Na tarde de 15 de novembro de 1889, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, José do Patrocínio declarava a proclamação da República.

O movimento, elitista e que não contou com a participação popular, foi aplaudido e incentivado pela burguesia cafeicultora do Oeste Paulista, pois o ideal republicano envolvia a idéia de federação, ou seja, grande autonomia aos estados membros. Desta forma, a província de São Paulo ocuparia um lugar de destaque no Estado republicano, como se verá adiante.

EXERCÍCIOS

- 1) (FGV_SP)- Os empreendimentos industriais do barão de Mauá redundaram em inúmeras falências, após um relativo sucesso, entre outros fatores devido a (à):
 - a) suas posições nacionalistas contrárias aos investimentos estrangeiros;
 - b) reformulação da tarifa Alves Branco em favor da tarifa Silva Ferraz;
 - c) falta de cobertura financeira (bancária) baseada em seus próprios recursos;
 - d) carência de mão-de-obra especializada;
 - e) oposição direta que lhe moviam os grandes proprietades rurais.

- 2) (PUCC-SP) - A importância da Lei Eusébio de Queiróz (1850), no contexto do processo de abolição da escravidão, está no fato de Ter:
 - a) declarada extinto o tráfico de africanos, estipulando penas para seus infratores;
 - b) concedido liberdade a todos os escravos que participaram da Praieira (1848);

- c) permitido a repressão dos traficantes de escravos por navios da marinha portuguesa;
- d) libertado os escravos que fossem maiores de 60 anos de idade;
- e) acabado com a venda em separado de casais africanos em leilões públicos.

3) (UFOP-MG) - Dentre os fatores que determinaram a passagem da monarquia à república, no Brasil, não se inclui (incluem):

- a) a abolição da escravidão e a consolidação do trabalho assalariado;
- b) a tomada de consciência por parte do exército, após a guerra do Paraguai, de sua situação e papel na vida nacional;
- c) a luta entre o partido Conservador, que defendia a monarquia, e o Partido Liberal, que desejava a forma republicana;
- d) o combate à descentralização administrativa pela implantação do federalismo;
- e) o desenvolvimento de grupos médios urbanos, compostos de profissionais liberais, pequenos comerciantes e funcionários públicos.

RESPOSTAS DOS EXERCÍCIOS

1-B 2-A 3-C